

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE Nº 003/2024

RATIFICO os termos da Justificativa da Comissão de Licitação, por estar à mesma, em conformidade com o Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Florínea/SP, em 21 de fevereiro de 2024.

Paulo Eduardo Pinto
Prefeito Municipal

A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORÍNEA, ESTADO DE SÃO PAULO, instituída nos termos do Decreto Municipal nº 20/2023, de 24 de Fevereiro de 2023 vem justificar a inexigibilidade de licitação objetivando a contratação da DUPLA: **BRUNO & BARRETO**, neste ATO REPRESENTADA pela empresa **BRUTO MEMO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA** CNPJ **43.998.179/0001-20**, com sede na Avenida Melvim Jones, nº 1194, Barracão 05, Parque Industrial Bandeirantes, no município de Maringá, estado de Paraná, CEP 87.070-030, tendo como seu representante legal o Srta. **THAIS MEIRE SOARES CASSUCCE**, brasileira, solteira, empresária, portadora da carteira de identidade nº 12.609.275-0 SESP/PR e do CPF nº 080.946.049-13, residente e domiciliada na Rua Frei Marciano Halchuk, nº 356, apartamento 73, Edifício Guarita, Vila Bosque, no município Maringá, estado do Paraná CEP 87.005-080, que mantém com a dupla contrato de exclusividade devidamente autenticada por verdadeira conforme documentação apresentada, será realizado no dia 27 de julho de 2024, no município de Florínea/São Paulo, o qual intermediará o show da referida dupla, cuja apresentação ocorrerá durante as comemorações da Festa Julina realizada recorrentemente neste Município.

CONSIDERANDO, que a justificativa de inexigibilidade nessa hipótese é pela a inviabilidade de competição, pois não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, supedâneo fático para a realização do procedimento licitatório, além desse requisito, justifica-se também a consagração do artista pelo público local e regional, bem como ao fato do preço proposto para apresentação do artista estar compatível com os praticados no mercado;

O art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 assim dispõe:

II – contratação de **profissional do setor artístico**, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

CONSIDERANDO, que mesmo sendo inviável a competição, o administrador público não está inteiramente livre para a contratação, é preciso a observância de determinados requisitos legais, do qual deverá ser fundamentado e comprovado em um processo de inexistência.

Assim, pela redação do Art. 75 § 2º:

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do *caput* deste artigo, considera-se empresário exclusivo a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexistência por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico;

- ✓ Contrato deve ser firmado pelo próprio contratado ou por meio de empresário exclusivo;
- ✓ Consagração do artista pela crítica especializada ou pela opinião pública deve estar devidamente demonstrada nos autos da inexistência;
- ✓ Razão da escolha do profissional do setor artístico;
- ✓ Justificativa do preço. Em observância a esses requisitos impostos por lei, a administração não se esquivou dessa obrigação, tendo em vista que todos os requisitos foram cumpridos, sendo demonstrados nos autos do processo e nessa justificativa de inexistência com todos os fundamentos legais trazidos pela doutrina e jurisprudência, vejamos:

1. Da Exclusividade.

O Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 351/2015 – 2ª Câmara, determinou que é necessária: “a apresentação do contrato de exclusividade entre os artistas e o empresário contratado para caracterizar a hipótese de inexistência de licitação (...) de modo que simples autorizações ou cartas de exclusividade não se prestam a comprovar a inviabilidade da competição, pois não retratam uma representação privativa para qualquer evento em que o profissional for convocado”.

Portanto, em cumprimento as determinações da jurisprudência, assim como ao Art. 74, inciso II, da Lei n. 14.133/2021, do qual se refere expressamente à contratação de profissional de setor artístico diretamente com o próprio artista ou por meio de seu empresário exclusivo que é aquele que gerencia o artista ou banda de forma permanente, a empresa **BRUTO MEMO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**, comprovou a exclusividade para comercializar o show da dupla **BRUNO & BARRETO**, dupla consagrada nacionalmente por vários sucessos emplacados, apresentando a esta Comissão de Licitação, conforme consta, o **CONTRATO DE EXCLUSIVIDADE**, devidamente registrado em cartório do qual comprova que a empresa é o empresário exclusivo da dupla que se apresentou no evento, sendo reputado assim, como “Empresário Exclusivo Contratado”.

A documentação apresentada pela empresa demonstra claramente que a mesma é a empresária exclusiva do artista, tendo em vista que o mesmo assim a

declarou, sendo essa exclusividade permanente, e não temporária, ou seja, não estando limitada apenas ao dia do evento e para um determinado município, sendo, portanto, inviável a competição por meio de um processo licitatório, porquanto que somente com esta empresa poderá ocorrer a contratação, pois nenhuma outra empresa do ramo de produção e comercialização de shows artísticos detém a exclusividade desse artista.

2. Da razão da escolha dos artistas.

Conforme a indicação do Secretário de Cultura do município os Artistas em tela são reconhecidos nacionalmente, é fácil constatar tal fato a partir das fotos, flyers, folders e matérias jornalísticas além dos shows fartamente comprovados por Notas fiscais, constante nos autos desse processo administrativo do qual decorrerá essa inexigibilidade, a razão da escolha da dupla, de serem artistas reconhecidos e apreciados pela população de Florínea/SP, fundamentalmente consagrada pela opinião pública e crítica especializada, sendo muito conhecida pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, não paira nenhuma dúvida que a dupla, possui reputação, experiência e conhecimentos compatíveis com a dimensão do evento que se propõe a Administração Municipal realizar no município de Florínea/SP, para comemoração da festa Julina em 27 de Julho de 2024.

Foram verificadas ainda três notas fiscais emitidas no interregno de dois meses, e esta Comissão de contratação que analisou a razoabilidade do preço de R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) cobrado pela realização do SHOW no município, com a nota fiscal nº 220 emitida em 24/11/2023 ao Município de Carambeí/PR por R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), nota fiscal nº 226 emitida em 21/12/2023 para o município de Paranaguá/PR por R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) e R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) com nota fiscal nº 228 emitida em 11/01/2024 ao Município de Barra do Bugres/MT, pelo representante legal da dupla, foi constatado que os valores demonstrados guarda total compatibilidade com o mercado de shows.

3. Da consagração do artista.

Ademais, os ilustres juristas BENEDICTO DE TOLOSA FILHO e LUCIANO MASSAO SAITO, em sua obra denominada "Manual de Licitações e Contratos Administrativos", ensina que:

"A hipótese de inexigibilidade para contratação de artista é a mais pacífica, desde que o escolhido, independentemente de estilo que, diga-se de passagem, é muito subjetivo, seja consagrado pelos críticos especializados e pelo gosto popular. O artista tem que ser conhecido, mas não precisa, necessariamente ser excepcional. Com a grande extensão territorial e o regionalismo de cultura existente no Brasil, com o afloramento regionalizado de tradições e de folclore, o conceito de consagração popular deve ser tomado de forma particularizada, isto é, um artista muito popular no norte pode não ser conhecido no sul, sendo, assim, na sua região a licitação é inexigível".

4. Da justificativa do preço.

A necessidade de justificativa de preços (estimativa) está prevista no Artigo 72, inciso VI, da Lei 14.133/2023, e, pelo princípio da razoabilidade a administração utilizou para este evento o critério da média trimestral para a estimativa dos preços, haja vista que há que se verificar os preços praticados pela mesma dupla em outros eventos, porque trata-se de uma pesquisa personalíssima, ou seja, da mesma dupla.

Segundo O Blog da JML em sua coluna jurídica. *“O cachê do artista não deve ser comparado em relação ao mercado e sim quanto aos valores praticados por ele mesmo. Ou seja, quanto aquele profissional costuma cobrar para realizar tal serviço”.*

Visando fundamentar o valor da contratação com base na média dos valores dos contratos celebrados pelo profissional do setor artístico nos últimos meses, com alguns municípios dos Estados do PR e MS, constatou-se por meio da nota fiscal nº 220 emitida em 24/11/2023 ao Município de Carambeí/PR por R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), nota fiscal nº 226 emitida em 21/12/2023 para o município de Paranaguá/PR por R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) e R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) com nota fiscal nº 228 emitida em 11/01/2024 ao Município de Barra do Bugres/MT.

Ressalta-se que o tempo negociado em todos os shows foi de 01h30 (uma hora e trinta minutos) de duração em todos os municípios já citados.

Sobre a justificativa do preço o TCU por meio do Acórdão n.º 822/2005 (Plenário), afirmou que:

“Quando contratar a realização de cursos, palestras, apresentações, shows, espetáculos ou eventos similares, demonstre, a título de justificativa de preços, que o fornecedor cobra igual ou similar preço de outros com quem contratava para evento de mesmo porte, ou apresente as devidas justificativas, de forma a atender ao inc. III do parágrafo único do art. 26 da Lei nº. 8.666/1993.”

Assim sendo, demonstramos através da planilha com a média dos preços, que o valor proposto pelo artista é compatível com os preços praticados no mercado de shows artísticos para o evento que será realizado em Florínea/SP, neste processo de inexigibilidade. Isto porque, à primeira vista, observamos pela documentação acostada no processo a consagração e conhecimento da referida Dupla no mercado artístico e musical, portanto, verificou-se através da média dos preços que tal artista possui valor costumeiramente semelhante nos municípios pesquisados, não sendo possível a contratação dessa dupla, para essa mesma finalidade ou natureza, por preço inferior a R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais), pois a sua média ficou em torno de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais) conforme a média apurada.

SHOWS DE BRUNO & BARRETO			
DATA	MUNICÍPIO	UF	VALOR
24/11/2023	CARAMBEÍ	PR	R\$ 180.000,00
21/12/2023	PARANAGUÁ	PR	R\$ 165.000,00
11/01/2024	BARRA DOS BUGRES	MT	R\$ 180.000,00
VALOR MÉDIO COBRADO ENTRE OS SHOWS			R\$ 175.000,00

A apuração se deu no sistema EXCEL, onde foram lançadas todas as notas fiscais já delineadas acima que de forma automática mostrou que o preço médio seria de R\$ 175.000,00, portanto este município vai pagar pelo show da dupla valor aproximadamente 5,71% menor ao valor médio cobrado a outros municípios.

Com base nessa pesquisa de preços, detectamos que o valor proposto pela empresa **BRUTO MEMO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA**, de R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais) para uma apresentação pública, no dia e período de realização do evento no município de Florínea/SP, é razoável não só por que atende as condições financeiras da administração como também pela propriedade do show que é apresentado pela dupla e, pelo grau de especialização decorrente da reputação profissional, experiência e conhecimentos compatíveis com a dimensão e complexidade dos serviços objeto da contratação direta da empresa que intermedia a comercialização e produção do show.

Com base na argumentação desenvolvida, entendemos plenamente possível a contratação de personalidades do setor artístico, por inexigibilidade de licitação, amparada no Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, desde que preenchidos os requisitos legais e constitucionais, e respeitada a necessidade de formalização do respectivo processo para a aferição e comprovação das exigências.

Florínea-SP, 20 de fevereiro de 2024.

Marcos dos Reis Santos
Presidente da Comissão de Contratação
Licitações e Contratos